

TEORIA E EXERCÍCIOS

PC-PR

Polícia Civil do Paraná

AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

- Língua Portuguesa
- Raciocínio Lógico-Matemático
- Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado do Paraná
- Ciências Forenses
- Contabilidade Geral
- Estatística
- Direito Constitucional
- Direitos Humanos

Conteúdo On-line

- Tecnologia e Sistemas de Informação e de Comunicação, Segurança
- Legislação Estadual e Institucional
- Direito Penal e Processual Penal
- Legislação Extravagante
- Direito Administrativo

DE ACORDO COM EDITAL Nº 01/2026



Conteúdo de acordo
com o Edital
Questões gabaritadas
da Banca FGV
Legislação comentada

Polícia Rodoviária Federal

PC-PR

Agente de Polícia Judiciária

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Agente de Polícia Judiciária de acordo com o Edital nº 01/2026, da Polícia Civil do Paraná- PC-PR.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca FGV, organizadora contratada para a realização do certame, e também um complemento de bancas variadas, para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: Conteúdo de Tecnologia e Sistemas de Informação e de Comunicação, Segurança Cibernética e Crimes Digitais, Legislação Estadual e Institucional, Direito Penal e Processual Penal, Legislação Extravagante e Direito Administrativo disponíveis em PDF para download. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	15
■ INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO DE TEXTO: ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DOS TEXTOS.....	15
■ MARCAS DE TEXTUALIDADE: COESÃO E COERÊNCIA	18
■ INTERTEXTUALIDADE	22
■ MODOS DE ORGANIZAÇÃO DISCURSIVA: DESCRIÇÃO, NARRAÇÃO, EXPOSIÇÃO, ARGUMENTAÇÃO E INJUNÇÃO – CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DE CADA MODO.....	26
■ TIPOS TEXTUAIS – CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DE CADA TIPO	31
INFORMATIVO	31
PUBLICITÁRIO E PROPAGANDÍSTICO	31
NORMATIVO.....	31
DIDÁTICO.....	31
DIVINATÓRIO	31
■ TEXTOS LITERÁRIOS.....	32
■ TEXTOS NÃO LITERÁRIOS	35
■ TIPOLOGIA DA FRASE PORTUGUESA.....	36
■ ESTRUTURA DA FRASE PORTUGUESA: OPERAÇÕES DE DESLOCAMENTO, SUBSTITUIÇÃO, MODIFICAÇÃO E CORREÇÃO, BEM COMO PROBLEMAS ESTRUTURAIS DAS FRASES	36
■ NORMA CULTA E REGISTROS DE LINGUAGEM	38
■ PONTUAÇÃO E SINAIS GRÁFICOS.....	41
■ ORGANIZAÇÃO SINTÁTICA DAS FRASES: TERMOS E ORAÇÕES.....	44
■ ORDEM DIRETA E INVERSA.....	63
■ TIPOS DE DISCURSO.....	63
■ FUNÇÕES DA LINGUAGEM.....	66
ELEMENTOS DOS ATOS DE COMUNICAÇÃO	67
■ ESTRUTURA E FORMAÇÃO DE PALAVRAS	68
■ FORMAS DE ABREVIÇÃO.....	72

■ CLASSES DE PALAVRAS: ASPECTOS MORFOLÓGICOS, SINTÁTICOS, SEMÂNTICOS E TEXTUAIS.....	75
ARTIGOS.....	75
NUMERAIS.....	75
SUBSTANTIVOS.....	76
ADJETIVOS	77
ADVÉRBIOS	79
PRONOMES	81
VERBOS	84
CONJUNÇÕES.....	90
INTERJEIÇÕES.....	91
■ MODALIZADORES	91
■ SEMÂNTICA.....	92
SENTIDO PRÓPRIO E FIGURADO	92
SINÔNIMOS.....	92
ANTÔNIMOS	93
PARÔNIMOS.....	93
POLISSEMIA	94
HIPERÔNIMOS	94
AMBIGUIDADE	94
■ OS DICIONÁRIOS: TIPOS E ORGANIZAÇÃO DE VERBETES.....	95
■ VOCABULÁRIO	95
NEOLOGISMOS	95
ARCAÍSMOS.....	95
ESTRANGEIRISMOS	95
LATINISMOS	95
■ ORTOGRAFIA E ACENTUAÇÃO GRÁFICA.....	95
■ A CRASE.....	97

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO	105
■ LÓGICA.....	105
PROPOSIÇÕES.....	105
PREDICADOS.....	107
QUANTIFICADORES.....	108
CONECTIVOS	108
■ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS.....	112
■ CONJUNTOS E SUAS OPERAÇÕES; DIAGRAMAS	120
■ NÚMEROS INTEIROS, RACIONAIS E REAIS: OPERAÇÕES.....	129
■ PROPORCIONALIDADE DIRETA E INVERSA.....	135
JUROS.....	139
PORCENTAGEM	143
■ MEDIDAS DE COMPRIMENTO, ÁREA, VOLUME, MASSA E TEMPO	145
■ ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS.....	147
DEDUÇÃO DE INFORMAÇÕES E AVALIAÇÃO DE CONDIÇÕES	148
■ COMPREENSÃO E ANÁLISE LÓGICA DE SITUAÇÕES: FORMAÇÃO DE CONCEITOS E DISCRIMINAÇÃO DE ELEMENTOS	149
RACIOCÍNIO VERBAL	149
RACIOCÍNIO MATEMÁTICO	149
RACIOCÍNIO SEQUENCIAL.....	149
ORIENTAÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL.....	149
■ INTERPRETAÇÃO DE DADOS APRESENTADOS EM GRÁFICOS E TABELAS.....	150
■ PROBLEMAS DE CONTAGEM E NOÇÕES DE PROBABILIDADE.....	154
■ GEOMETRIA BÁSICA	166
ÂNGULOS	166
TRIÂNGULOS	168
POLÍGONOS	171
ÁREA.....	173
PERÍMETRO.....	175

■ PLANO CARTESIANO: SISTEMA DE COORDENADAS E DISTÂNCIA	175
■ PROBLEMAS DE LÓGICA E RACIOCÍNIO: RACIOCÍNIO LÓGICO ENVOLVENDO PROBLEMAS ARITMÉTICOS, GEOMÉTRICOS E MATRICIAIS.....	175
REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DO PARANÁ.....	
193	
■ ASPECTOS HISTÓRICOS DO ESTADO DO PARANÁ	193
FORMAÇÃO TERRITORIAL E PROCESSOS COLONIAIS	193
MOVIMENTOS SOCIAIS	195
DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO	195
■ GEOGRAFIA FÍSICA E HUMANA	198
RELEVO.....	198
CLIMA	199
HIDROGRAFIA.....	200
VEGETAÇÃO.....	202
■ INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS	202
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH); SEGURANÇA PÚBLICA; SAÚDE; EDUCAÇÃO; MOBILIDADE; DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	202
População e Densidade Demográfica	202
ATIVIDADES ECONÔMICAS	204
■ DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.....	208
ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL; MUNICÍPIOS; REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO	208
■ CULTURA PARANAENSE	210
MANIFESTAÇÕES CULTURAIS, FESTAS POPULARES, ARTES, MÚSICA E TRADIÇÕES	210
PATRIMÔNIO MATERIAL.....	211
PATRIMÔNIO IMATERIAL.....	212
LITERATURA	214
■ TEMAS ATUAIS DO ESTADO DO PARANÁ: SEGURANÇA PÚBLICA; ECONOMIA; MEIO AMBIENTE; INCLUSÃO SOCIAL; SUSTENTABILIDADE	216
ESTRUTURA DO GOVERNO ESTADUAL; POLÍTICAS PÚBLICAS; PROGRAMAS SOCIAIS; DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	216

CIÊNCIAS FORENSES.....	225
■ MEDICINA LEGAL	225
CONCEITO, DIVISÕES E IMPORTÂNCIA.....	225
PERÍCIA MÉDICO-LEGAL.....	226
ANTROPOLOGIA FORENSE, IDENTIFICAÇÃO HUMANA E PAPILOSCOPIA	245
ODONTOLOGIA LEGAL	254
IDENTIFICAÇÃO POR DNA	259
RECONHECIMENTO FACIAL.....	263
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À IDENTIFICAÇÃO PERICIAL.....	265
SEXOLOGIA FORENSE	266
TRAUMATOLOGIA FORENSE, INSTRUMENTOS LESIVOS E LESÕES CORPORAIS.....	278
ASFIXIOLOGIA	297
BALÍSTICA FORENSE	301
TANATOLOGIA: FENÔMENOS CADAVERÍCOS E NECRÓPSIA.....	305
Morte	306
TOXICOLOGIA FORENSE.....	317
Intoxicações e Exames Toxicológicos.....	317
PSICOPATOLOGIA FORENSE E PERÍCIA PSIQUIÁTRICA.....	324
Imputabilidade Penal	324
■ CRIMINALÍSTICA E DOCUMENTOSCOPIA	330
CRIMINALÍSTICA.....	330
Vestígios, Indícios e Evidências	332
LOCAL DE CRIME E PRESERVAÇÃO DE LOCAL DE CRIME	339
CADEIA DE CUSTÓDIA.....	364
DOCUMENTOSCOPIA, GRAFOSCOPIA, ANÁLISE DOCUMENTAL, ANÁLISE DE ASSINATURAS E FALSIFICAÇÕES.....	366
■ CRIMINOLOGIA E VITIMOLOGIA	371
CONCEITO	372
OBJETO	372
MÉTODOS DA CRIMINOLOGIA.....	373
ESCOLAS CRIMINOLÓGICAS.....	373

TEORIAS CRIMINOLÓGICAS.....	378
Criminologia Crítica	383
VITIMOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO DAS VÍTIMAS	384
Vitimização.....	387
CONTROLE SOCIAL	389
PREVENÇÃO DO DELITO	390
CRIMINOLOGIA E POLÍTICA CRIMINAL.....	392
CRIMINOLOGIA APLICADA À ATUAÇÃO POLICIAL	394
PERFIL CRIMINAL.....	396
ANÁLISE DE INDICADORES DE CRIMINALIDADE.....	397
■ CRIMINOLOGIA DIGITAL E INVESTIGAÇÃO TECNOLÓGICA	398
CRIMES DIGITAIS.....	398
PERFIL DO CRIMINOSO CIBERNÉTICO	400
DEEP WEB E DARK WEB	400
AMBIENTES DIGITAIS CRIMINÓGENOS	402
VITIMIZAÇÃO DIGITAL.....	403
RASTREAMENTO DE INFORMAÇÕES	403
EVIDÊNCIAS ELETRÔNICAS	404
LOGS	404
METADADOS	404
REDES SOCIAIS.....	406
PRESERVAÇÃO DE EVIDÊNCIAS DIGITAIS	407
INTELIGÊNCIA CIBERNÉTICA E FONTES ABERTAS (OSINT)	408
CONTABILIDADE GERAL	415
■ TEORIA DA CONTABILIDADE	415
■ PRINCÍPIOS BÁSICOS DA CONTABILIDADE	415
■ PATRIMÔNIO	428
■ CONTAS.....	429
■ ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	429

■ OPERAÇÕES COMERCIAIS E BANCÁRIAS	430
■ ESTOQUES	432
■ TRIBUTOS SOBRE COMPRAS E VENDAS	435
■ FOLHA DE PAGAMENTO	439
■ PROVISÕES	440
■ DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	442
■ ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	442
■ CUSTOS: CONCEITOS E CLASSIFICAÇÕES	449
■ SISTEMAS DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS (SIC)	450
■ NORMAS DO COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC), DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) E LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA APLICÁVEL	450
■ NOÇÕES DE ANÁLISE FINANCEIRA, CONTROLE PATRIMONIAL E IDENTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADES CONTÁBEIS	451
FRAUDES, INCONSISTÊNCIAS EM REGISTROS FINANCEIROS E INDÍCIOS DE OCULTAÇÃO PATRIMONIAL	452
ESTATÍSTICA	457
■ CONCEITOS BÁSICOS DE ESTATÍSTICA E ESTATÍSTICA DESCRITIVA	457
VARIÁVEIS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS	457
ORGANIZAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE DADOS: TABELAS E GRÁFICOS	457
■ LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE INDICADORES ESTATÍSTICOS	462
MÉDIA	462
MODA	465
MEDIANA	466
MEDIDAS DE DISPERSÃO	467
■ PORCENTAGEM	469
■ PROBABILIDADE BÁSICA	470
■ NOÇÕES DE AMOSTRAGEM: IDENTIFICAÇÃO DE PADRÕES, INCONSISTÊNCIAS E ANOMALIAS EM DADOS ESTATÍSTICOS	473
■ MÉTODOS DE DETECÇÃO DE OUTLIERS	479

■ APLICAÇÃO DA ESTATÍSTICA NA ANÁLISE DE INFORMAÇÕES, INDICADORES DE CRIMINALIDADE E ATIVIDADE POLICIAL.....	480
DIREITO CONSTITUCIONAL	491
■ PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988	491
■ DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS E REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	495
DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS: GARANTIAS CONSTITUCIONAIS, DEVIDO PROCESSO LEGAL, INVIOABILIDADE DE DOMICÍLIO, SIGILO DE DADOS E COMUNICAÇÕES E PRISÃO E LIBERDADE.....	496
Habeas Corpus.....	513
Mandado de Segurança.....	513
Mandado de Injunção	514
Habeas Data	514
Ação Popular	515
DIREITOS SOCIAIS.....	517
NACIONALIDADE	524
DIREITOS POLÍTICOS	527
■ ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	530
COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS.....	530
UNIÃO	531
ESTADOS	534
MUNICÍPIOS.....	535
DISTRITO FEDERAL	536
■ PODERES DA UNIÃO: FUNÇÕES, COMPETÊNCIAS E LIMITES CONSTITUCIONAIS	546
PODER EXECUTIVO	546
PODER LEGISLATIVO	553
PODER JUDICIÁRIO	572
■ SEGURANÇA PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	596
DISPOSIÇÕES DO ART. 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	596
Organização, Competências e Atribuições das Polícias: Polícia Civil, Polícia Judiciária e Investigação Criminal.....	596
■ CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	599
AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE	602

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	602
■ CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ.....	603
DISPOSIÇÕES RELATIVAS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	603
SERVIDORES PÚBLICOS	612
SEGURANÇA PÚBLICA: POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ	618
DIREITOS HUMANOS.....	627
■ TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS	627
CONCEITO, CARACTERÍSTICAS, PRINCÍPIOS E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS	627
■ SISTEMAS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....	634
SISTEMA GLOBAL E SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	634
TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	635
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 E DIREITOS HUMANOS.....	638
■ DEMOCRACIA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	641
■ DIREITOS HUMANOS E GRUPOS VULNERÁVEIS.....	643
MULHERES	643
IDOSOS	645
CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	645
POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	646
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	647
POPULAÇÃO LGBTQIA+	648
REFUGIADOS.....	649
■ SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS.....	650
DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....	650
USO PROPORCIONAL DA FORÇA	650
PREVENÇÃO DA TORTURA	655
DIREITOS DA PESSOA PRESA	659
ATUAÇÃO POLICIAL E DIREITOS HUMANOS	660
■ POLÍTICA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS.....	662
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS.....	665

CULTURA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	669
■ AGENDA 2030 E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	670

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO DE TEXTO: ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DOS TEXTOS

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que focuem nas formas de inferência sobre um texto.

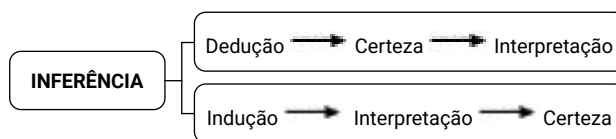
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

A INDUÇÃO

As estratégias de interpretação que observam métodos indutivos analisam as “pistas” que o texto oferece e, posteriormente, reconhecem alguma certeza na interpretação. Dessa forma, é fundamental buscar uma ordem de eventos ou processos ocorridos no texto, que variam conforme o tipo textual.

Sendo assim, no tipo textual **narrativo**, podemos identificar uma organização cronológica e espacial no desenvolvimento das ações, marcada, por exemplo, pelo uso do pretérito imperfeito.

Na **descrição**, podemos organizar as ideias do texto a partir da marcação de adjetivos e demais sintagmas nominais; na **argumentação**, esse encadeamento de ideias fica marcado pelo uso de conjunções e elementos que expõem uma ideia ou ponto de vista.

No **processamento interpretativo indutivo**, as ideias são organizadas a partir de uma especificação para uma generalização. Vejamos um exemplo:

Eu não sou literato, detesto com toda a paixão essa espécie de animal. O que observei neles, no tempo em que estive na redação do O Globo, foi o bastante para não os amar, nem os imitar. São em geral de uma lastimável limitação de ideias, cheios de fórmulas, de receitas, só capazes de colher fatos detalhados e impotentes para generalizar, curvados aos fortes e às ideias vencedoras, e antigas, adstritos a um infantil feticismo do estilo e guiados por conceitos obsoletos e um pueril e errôneo critério de beleza. (Barreto, 2010, p. 21)

O trecho em destaque na citação do escritor Lima Barreto, em sua obra *Recordações do escrivanô Isaías Caminha* (1917), identifica bem como o pensamento indutivo compõe a interpretação e decodificação de um texto.

Para deixar ainda mais evidente as estratégias usadas para identificar essa forma de interpretar, apresentamos, a seguir, dicas de como buscar a organização cronológica de um texto.

PROCURE SINÔNIMOS	A propriedade vocabular leva o cérebro a aproximar as palavras que têm maior associação com o tema do texto
ATENÇÃO AOS CONECTIVOS	Os conectivos (conjunções, preposições, pronomes) são marcadores claros de opiniões, espaços físicos e localizadores textuais

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

LÓGICA

VALORES LÓGICOS

Na lógica, temos apenas dois valores lógicos: **verdadeiro** ou **falso**. Quando temos uma declaração verdadeira, o seu valor lógico é **Verdade** (V); quando é falsa, dizemos que seu valor lógico é **Falso** (F).

ESTRUTURA LÓGICA

A Negação com o Conectivo “não”

Representação simbólica: $(\sim p)$ ou $(\neg p)$.

Sabemos que o valor lógico de “p” e “ $\sim p$ ” são opostos, isto é, se p é uma proposição verdadeira, “ $\sim p$ ” será falsa, e vice-versa.

Exemplo:

- p: “Matemática é difícil.”;
- $(\sim p)$ ou $(\neg p)$: “Matemática não é difícil.”

Outras maneiras de negar uma proposição, que têm aparecido com frequência nas provas de concursos, são:

- “Não é verdade que matemática é difícil.”;
- “É falso que matemática é difícil.”

Conjunção (Conectivo “e”)

Representação simbólica: $\wedge$

Exemplos:

Na linguagem natural:

O macaco bebe leite **e** o gato come banana.

Na linguagem simbólica: $p \wedge q$

Sendo:

- p: o macaco bebe leite.
- q: gato come banana.

Disjunção Inclusiva (Conectivo “ou”)

Representação simbólica: $\vee$

Exemplos:

Na linguagem natural:

Maria é bailarina **ou** Juliano é atleta.

Na linguagem simbólica: $p \vee q$

Sendo:

- p: Maria é bailarina.
- q: Juliano é atleta.

Disjunção Exclusiva (Conectivo “Ou...ou”)

Representação simbólica: $\veebar$

Exemplos:

Na linguagem natural:

Ou o elefante corre rápido, **ou** a raposa é lenta.

Na linguagem simbólica: $p \veebar q$

Sendo:

- p: o elefante corre rápido.
- q: a raposa é lenta.

Condicional (Conectivo “se... então”)

Representação simbólica: $\rightarrow$

Exemplos:

Na linguagem natural:

Se estudar, **então** vai passar.

Na linguagem simbólica: $p \rightarrow q$

Sendo:

- p: estudar.
- q: vai passar.

Bicondicional (Conectivo “se, e somente se,”)

Representação simbólica: $\leftrightarrow$

Exemplos:

Na linguagem natural:

Bino vai ao cinema **se, e somente se**, ele receber dinheiro.

Na linguagem simbólica: $p \leftrightarrow q$

Sendo:

- p: Bino vai ao cinema.
- q: ele receber dinheiro.

PROPOSIÇÕES

Proposições Lógicas Simples

Observe a frase a seguir:

Paula vai à praia.

Para saber se temos ou não uma proposição, precisamos de três requisitos fundamentais:

- **Ser uma oração:** é uma frase com verbo;
- **Oração declarativa:** a frase precisa apresentar uma situação, um fato;
- **Pode ser classificada como Verdadeira ou Falsa:** ou seja, podemos atribuir o valor lógico verdadeiro ou o valor lógico falso para a declaração.

Tendo isso em vista, podemos afirmar claramente que a frase “Paula vai à praia” é uma proposição lógica, pois temos a presença de um verbo (ir), uma informação completa (temos o sujeito claro na oração) e podemos afirmar se é verdade ou falsa.

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DO PARANÁ

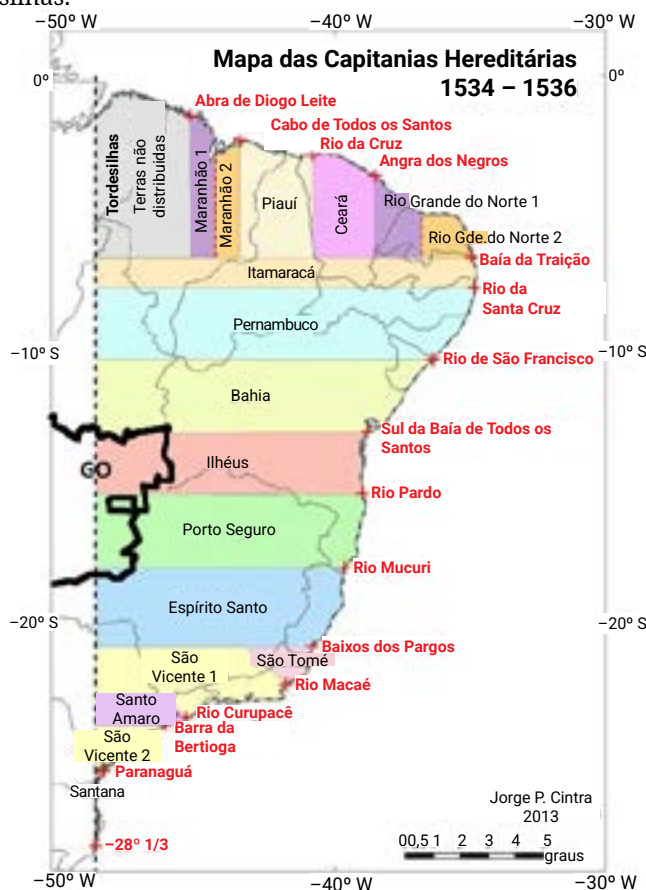
ASPECTOS HISTÓRICOS DO ESTADO DO PARANÁ

FORMAÇÃO TERRITORIAL E PROCESSOS COLONIAIS

Por formação territorial se entende a importância de abranger-se o processo de formação desse território, ou seja, acerca de como ele foi evoluindo ao longo do tempo até o momento atual em relação aos seus limites e à sua área, bem como sobre a forma com que o estado foi sendo ocupado por sua população. Ao final, será destacada sua regionalização por meio de suas regiões intermediárias e imediatas.

Processo de Formação

A formação territorial do Paraná teve início com a criação das capitanias hereditárias no período colonial. Como é possível observar na próxima imagem, somente o litoral do estado era parte das capitanias, mais precisamente da de São Vicente, e, portanto, território português. O resto de seu território, inicialmente, era espanhol, devido ao Tratado de Tordesilhas.



Capitanias hereditárias e o Paraná. Fonte: Bezerra, [s.d.].

Nessa época, a região era habitada originalmente por povos indígenas, como os Guarani, Kaingang e Xetá, que tiveram seus territórios invadidos e tomados pela chegada dos colonizadores, principalmente portugueses, além de terem sofrido com doenças, escravização, catequização e genocídio.

CIÊNCIAS FORENSES

MEDICINA LEGAL

CONCEITO, DIVISÕES E IMPORTÂNCIA

A medicina legal é o ramo da medicina que fornece conhecimentos médicos e científicos para o direito, contribuindo na elaboração de novas leis, na execução (aplicação) das leis já existentes e na interpretação de dispositivos legais que tenham significação médica.

A medicina legal é, portanto, uma área de **intersecção** entre o direito, a medicina e a criminalística (estudo dos vestígios deixados pela ação criminoso).

Além de uma ciência aplicada, a medicina legal é reconhecida como uma especialidade médica pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), conforme consta na Resolução nº 1.845, de 2008, do CFM.

Sinônimos

A medicina legal também é denominada, entre outras formas, de medicina forense, medicina legal forense, medicina judiciária, medicina dos tribunais, medicina política, bioscopia forense, medicina pericial e medicina crítica.

Importância e Alcance da Medicina Legal

A medicina legal relaciona-se com **todos** os ramos do direito: penal, civil, trabalhista, previdenciário etc., sempre que forem necessários conhecimentos médicos para decidir alguma questão.

Tendo em vista seu caráter auxiliar, a medicina legal alcança (interage) com diversos ramos do direito, sendo os de relação mais próxima os seguintes:

- **Direito processual penal e direito penal:** no que diz respeito a homicídio, lesões corporais, infanticídio, aborto, embriaguez, imputabilidade, sexualidade delituosa, toxicomanias etc.;
- **Direito processual civil e direito civil:** no que tange às questões de paternidade, impedimentos matrimoniais, capacidade civil, comoriência e outras;
- **Direito do trabalho e direito previdenciário:** ao trazer informações sobre acidentes de trabalho, doenças laborais, insalubridade etc.;
- **Direito administrativo:** quando cuida dos atestados médicos.

Especialmente em relação ao direito penal, a medicina legal fornece conhecimentos sobre questões como: natureza jurídica da morte, formas de lesões corporais, aborto, imputabilidade, emoção etc. Para o direito processual penal, por sua vez, tem aplicação no exame toxicológico, no incidente de sanidade, na identificação, entre outros assuntos.

Assim, o estudo da medicina legal é essencial para que policiais, membros do Ministério Público, juízes,

advogados e outros profissionais da área jurídica saibam não só quando e como solicitar um laudo, mas também como avaliá-lo.

Retomando o conceito apresentado no início do estudo, é possível afirmar que a importância da medicina legal se dá por auxiliar o direito na elaboração, execução (aplicação) e interpretação das leis.

Divisões

Tendo em vista que seu campo de estudo é bem amplo, são várias as formas de dividir (classificar) a medicina legal.

A divisão tradicional e mais utilizada para fins didáticos classifica a medicina legal em medicina legal geral e medicina legal especial.

A medicina legal **geral** estuda a chamada deontologia médica (princípios e fundamentos relativos ao exercício profissional da medicina, à ética e responsabilidade médica; ou seja, os deveres dos profissionais) e a diceologia médica (direitos dos profissionais médicos).

A medicina legal **especial**, por sua vez, é dividida nos seguintes ramos:

- **Antropologia forense:** estuda a identidade e a identificação do ser humano, seus métodos, processos e técnicas. A identidade médico-legal dá-se por idade, sexo, altura, peso, sinais individuais, dentes, tatuagens etc. A identidade judiciária é obtida por meio da datiloscopia, da antropometria, entre outras maneiras;
- **Sexologia forense:** estuda as questões médico-legais relacionadas ao sexo (sexualidade normal, patológica e criminosa). Subdivide-se em himenologia (estuda o casamento e o divórcio, a eugenia, a esterilização dos criminosos sexuais); obstetrícia forense (trata da fecundação, gestação, parto, estado puerperal, aborto, determinação ou exclusão da paternidade) e erotologia (cuida das perversões, dos crimes sexuais, da prostituição);
- **Tanatologia forense:** estuda o fenômeno da morte (sua cronologia, sinais, diagnóstico, determinação da natureza, fenômenos cadavéricos etc.);
- **Traumatologia forense:** estuda as lesões corporais e os agentes causadores do dano. Inserida na traumatologia forense encontra-se a asfixiologia forense, que cuida do estudo das lesões causadas pelos diversos tipos de asfixias (esganadura, estrangulamento, enforcamento, afogamento, soterramento, imersão em gases etc.), seus sinais específicos e mecanismos;
- **Toxicologia forense:** estuda drogas psicoativas ou fármacos e seus efeitos. Para alguns autores, estuda, ainda, os venenos, envenenamentos e intoxicações; para outros, esses três itens são estudados pela traumatologia forense (uma vez que o veneno é uma energia química);
- **Psiquiatria forense:** estuda as doenças e os distúrbios mentais e, também, a periculosidade do agente;
- **Psicologia forense:** estuda o psiquismo normal e os fenômenos que podem influenciar na capacidade de entendimento de testemunhas, acusados e vítimas.

CONTABILIDADE GERAL

TEORIA DA CONTABILIDADE

Estudar contabilidade necessita que o aluno enxergue o conteúdo por meio de uma ótica totalmente nova. Talvez essa seja a grande dificuldade dos alunos que estudam essa matéria pela primeira vez.

Portanto, vamos começar pelo conceito, dado no primeiro Congresso Brasileiro de contabilistas realizado em 1924: “Contabilidade é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, de controle e de registro relativas à administração econômica.”

A partir desse conceito precisamos destacar algumas expressões importantes para o estudo da contabilidade. Veja que ela tem um foco basicamente em orientar, controlar e registrar eventos.

Muito bem, a partir desse momento você já deve entender que a **contabilidade é uma ciência social** e, portanto, **não é ciência exata**. Contabilidade não é técnica, não é procedimento.

OBJETIVOS

Como toda ciência, a contabilidade também possui um objeto de estudo. Perceba, como exemplo, que o direito estuda as normas jurídicas e sua aplicação no fato social. **O objeto de estudo da contabilidade é o patrimônio das entidades.**

O patrimônio é composto por bens, direitos e obrigações. Para o conjunto de **bens e direitos**, damos o nome de **ativo**. Já as obrigações são chamadas de passivos. As **obrigações** são divididas em **obrigações com terceiros**, também chamadas de **passivo exigível**, e **obrigações próprias ou com sócios**, conhecidas como **patrimônio líquido**.

FINALIDADE DA CONTABILIDADE

Surge para nós agora uma simples pergunta: com qual finalidade essa ciência contábil vai estudar o patrimônio?

A contabilidade possui uma finalidade, um objetivo simples: estudar e controlar o patrimônio com o objetivo de **fornecer informações úteis e tempestivas para tomada de decisão**. Fica claro que, por conta desse objetivo, **a contabilidade é conhecida por ser uma ciência informacional**, ou seja, o profissional da contabilidade existe unicamente para controlar, registrar e evidenciar as informações a respeito do patrimônio de uma entidade, com o objetivo de divulgar essas informações para quem tiver interesse.

Importante destacar que essas informações serão fornecidas para quem tiver interesse, ou seja, a contabilidade não é uma ciência que atende a determinado grupo de pessoas.

CAMPO DE APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE

Você leu até agora que a contabilidade estuda o patrimônio das entidades, mas é importante sabermos

que tipo de entidades aplicam as técnicas da contabilidade para o estudo do patrimônio. Contabilmente falando, o conjunto de entidades no campo de aplicação da contabilidade é chamado de **azienda**.

Azienda é um termo italiano que corresponde à fazenda, sendo entidades econômico-administrativas, ou seja, organizações que reúnem pessoas, patrimônio e capital com um objetivo em comum.

Além disso, as entidades/aziendas podem ser classificadas de três formas:

- **Aziendas sociais:** são entidades que não possuem fins lucrativos. Existem vários exemplos, como as associações e clubes recreativos.
- **Aziendas econômicas:** aqui temos entidades que possuem fins lucrativos. Temos as entidades comerciais de bens e serviços (mercado, farmácia, prestadores de serviço) e indústrias, por exemplo.
- **Aziendas econômico-sociais:** aqui são entidades que não possuem fins lucrativos para enriquecimento do capital investidos, mas para que esse lucro gerado seja revertido em bens e serviços aos seus integrantes. Como exemplo temos os institutos de pensão, aposentadoria e previdência.

FUNÇÕES DA CONTABILIDADE

A contabilidade possui duas funções, a função econômica e a função administrativa:

- **Função administrativa:** ajuda no **controle do patrimônio**. Identifica os valores a receber, a pagar e os bens da entidade.
- **Função econômica:** envolve a **apuração do lucro ou do prejuízo**. Essa apuração é feita na demonstração do resultado do exercício (DRE) confrontando receitas e despesas. Quando a receita é maior que a despesa, **temos lucro**. Caso contrário, **prejuízo**.

PRINCÍPIOS BÁSICOS DA CONTABILIDADE

Os princípios de contabilidade estavam previstos na Resolução CFC nº 1.282, de 2010, que foi revogada pela NBC TSP Estrutura Conceitual — Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, no ano de 2016.

Os princípios de contabilidade atualmente estão presentes, principalmente, na Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o CPC 00 (R2).

A Lei nº 6.404, de 1976, faz menção, em seu art. 177, aos Princípios de Contabilidade e ao regime de competência, conforme segue:

Art. 177 A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos,

ESTATÍSTICA

CONCEITOS BÁSICOS DE ESTATÍSTICA E ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A estatística é a parte da matemática que se dedica à análise, apresentação e interpretação de dados coletados. Esses dados são coletados dentro de uma **população**, que é o conjunto total dos elementos a serem estudados (podem ser pessoas, objetos etc.). Dessa população, podemos coletar os dados de duas maneiras:

- **Censo:** quando são coletados os dados de toda a população;
- **Amostra:** subconjunto da população, da qual são coletados dados para, posteriormente, fazer uma inferência sobre a população (inferência estatística).

Ex.: na eleição, todas as pessoas aptas a votar são a população. Quando uma empresa é contratada para fazer uma pesquisa de intenção de voto, eles selecionam uma amostra dessa população, fazem as perguntas predeterminadas pela pesquisa e, com os dados das respostas, fazem uma inferência de como a população toda irá votar.

Um dos ramos da estatística é a **estatística descritiva**, em que estudaremos quatro tipos de medidas descritivas:

- as medidas de **tendência central**, medidas que indicam a posição dos dados, como média, mediana, moda e quartis (também chamadas de medidas de **posição**);
- as medidas de **dispersão**, que medem o grau de variabilidade dos elementos de um conjunto, como desvio-padrão, variância, amplitude;
- a **assimetria** da curva;
- o achatamento da curva, chamado de **curtose**.

Importante!

Essas duas últimas (assimetria e curtose) também são conhecidas como medidas de **distribuição**.

VARIÁVEIS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS

Os dados de uma amostra podem ser **qualitativos**, que são aqueles dados não numéricos como sexo, nacionalidade, avaliação nominal (bom, regular, ruim) etc., ou **quantitativos**, dados expressos em números que podem ser objeto de contagens, medições como altura, peso etc.

Atenção: não necessariamente dados expressos em números serão quantitativos; eles podem também

ser qualitativos, como RG, CPF, CNPJ, CEP, CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) — geralmente esse tipo de código ou classificação é feito em números. Exemplo: se quisermos saber a quantidade de empresas que atuam em cada setor, podemos usar a CNAE, que é um número, para separar a quantidade de mercados, farmácias, postos de combustíveis etc.

Os dados qualitativos podem ser:

- **Ordinais:** podem ser ordenados, como mês, nível de escolaridade, tamanho de roupa (P, M, G), entre outros. Ex.: o nível de escolaridade pode ser dividido em ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, pós-graduação. Por mais que seja um dado qualitativo, conseguimos colocar isso em ordem, pois sabemos que primeiro vem o ensino fundamental, depois o ensino médio e assim por diante. Da mesma forma com os meses: sabemos que primeiro vem janeiro, depois fevereiro até chegar em dezembro;
- **Nominais:** não podem ser ordenados, como sexo, estado civil, entre outros. Ex.: podemos dividir os estados civis em casado, união estável, solteiro, viúvo... Não temos uma ordem entre essas opções.

Os dados quantitativos podem ser:

- **Discretos:** dados que possuem um conjunto finito de valores, como a quantidade de acertos em uma prova de múltipla escolha — a quantidade será apenas números inteiros, 0, 1, 2, 3 e assim por diante;
- **Contínuos:** possuem uma escala contínua de valor, como tempo, comprimento etc. Ex.: vamos considerar a variável altura. Entre os dados 1,70 m e 1,71 m existe uma infinidade de números.

ORGANIZAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE DADOS: TABELAS E GRÁFICOS

Modelo de uma Tabela

Para que serve e como montar uma tabela? Uma tabela deve ser composta por diversas linhas e colunas. Devemos também ter um título (normalmente na primeira linha da tabela) e vários dados organizados nas linhas e colunas seguintes.

Geralmente, na primeira linha, depois do título, teremos as classes que serão retratadas nas linhas, por exemplo: estados, siglas, população, área etc. Nas linhas seguintes teremos os dados da tabela; teremos em uma mesma linha o estado, relacionando sua sigla, sua população, sua área etc.

Vejamos o exemplo dessa tabela citada:

INFORMAÇÕES DOS ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE			
Estado	Sigla	População	Área (km ²)
Minas Gerais	MG	21.292.666	586.522
Espírito Santo	ES	4.064.052	46.095

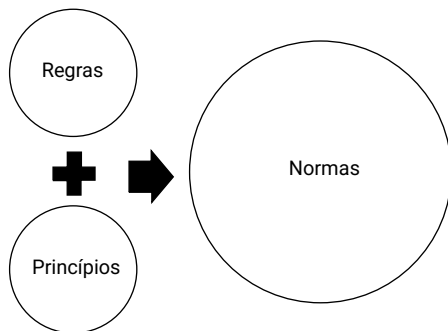
DIREITO CONSTITUCIONAL

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

CONCEITO E NATUREZA

Antes de adentrarmos propriamente no tema, é importante esclarecer um ponto que já foi objeto de prova: princípios, regras e normas se distinguem.

Há o gênero normas, do qual decorrem as espécies regras e princípios. As normas são amplas, abarcando, assim, a natureza abstrata dos princípios e a concretude das regras.



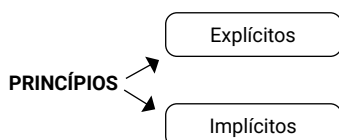
Os princípios são um alicerce de um sistema, uma estrutura básica do ordenamento jurídico, trazendo, também, uma melhor orientação à interpretação de um texto constitucional, que não pode ser feita de forma isolada, mas, sim, levando em consideração todo o contexto.

Os princípios constitucionais podem ser **explícitos** ou **implícitos**. Os princípios explícitos são aqueles que estão de forma expressa no Texto Constitucional (escritos).

Já os implícitos são obtidos por meio de uma construção lógica, estando subentendidos no texto mesmo não aparecendo expressamente.

Como exemplo de princípios explícitos, podemos citar os princípios do art. 37 da CF, os quais dizem respeito à Administração Pública.

Já quanto aos princípios implícitos, podemos citar o princípio da supremacia do interesse público, o qual, apesar de não ser encontrado expressamente na CF, é estritamente observado pelo poder público.



Os princípios fundamentais são mandamentos que vão influenciar em toda a ordem jurídica.

Por exemplo, é nesse momento que o Texto Constitucional formaliza a relação entre **povo, governo e território**, elementos estes que são requisitos para a constituição de um Estado.

Além disso, servem como norte para outras normas e estão localizados no Título I da CF, de 1988, o qual é composto por quatro artigos.

Note que é nesses artigos que se proclama o regime político democrático com fundamento na soberania popular e na garantia da separação de função entre os governos.

Além disso, neles também são determinados os valores e diretrizes para o ordenamento constitucional.

Salientamos, antes de adentrarmos especificamente nos referidos artigos, que muitas questões de prova cobram do examinando um conhecimento prévio correlacionando a distinção do que são fundamentos (art. 1º), objetivos (art. 3º) e princípios (art. 4º).

Repare que, no parágrafo anterior, não foi exposto o art. 2º, mas isso se deu de forma proposital, tendo em vista que o examinador, muitas vezes, tenta confundir o candidato com o rol dos artigos anteriormente mencionados.

Para tanto, utilizaremos alguns mnemônicos ao longo das explicações, começando logo por **“FOP”** (fundamentos, objetivos, princípios).

Observe que esse mnemônico obedece à ordem alfabética, estando também em conformidade com a ordem dos artigos da Constituição (F-1º; O-3º; P-4º).

Assim, quando a questão mencionar algo relacionado a fundamentos, lembre-se de que estará se referindo ao exposto no art. 1º; quando mencionar objetivos, ao art. 3º; e, quando mencionar princípios, ao art. 4º. Não se esqueça também de que o art. 2º não entra como referência nesse mnemônico.

FUNDAMENTOS

Os fundamentos contidos no art. 1º da CF, de 1988, servem como base para todo o ordenamento jurídico, pois se referem aos valores de formação da República Federativa do Brasil — veja a importância do artigo, não somente em relação à Constituição, mas para toda a ordem jurídica do Estado.

Assim, vejamos o referido dispositivo:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como **fundamentos**:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

DIREITOS HUMANOS

TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS

Observa-se que, conforme a sociedade se desenvolve, são estabelecidos novos tipos de conflitos de interesses, de modo que surge a necessidade de o direito ser reordenado, com a capacidade de criar mecanismos para a resolução dessas novas modalidades de conflitos.

Atualmente, o direito não pode mais ser concebido como restrito a uma determinada localidade, uma vez que, diante do processo de interação entre os países aliado ao avanço das tecnologias e dos meios de comunicação, é preciso estabelecer um sistema jurídico destinado a disciplinar a sociedade como um todo. Destas regras aplicadas à sociedade internacional, advém o direito internacional.

Didaticamente, o direito internacional é dividido em ramos que variam conforme o objeto tutelado. Um deles é o direito internacional dos direitos humanos ou, simplesmente, **direitos humanos**.

Acerca da disciplina de direitos humanos podemos afirmar que é o ramo do direito internacional que cuida da **proteção de todos os seres humanos, independentemente de qualquer condição**, tais como sexo, idade, nacionalidade, religião, entre outras. Trata-se, pois, de um sistema de proteção indispensável à vida humana.

Cumprir consignar, por necessário, que os direitos humanos, por serem **constantemente relativizados**, são interpretados equivocadamente ou de maneira reduzida, como, por exemplo, quando a disciplina é atrelada apenas à proteção de criminosos. No entanto, não é possível interpretá-los ou reduzi-los dessa forma, visto que sua proteção é muito maior.

Entender que **absolutamente todas as pessoas possuem direitos** é o **primeiro passo** para compreender o que são os direitos humanos. Todos os seres humanos são titulares dos direitos humanos.

O **segundo passo** para entender os direitos humanos é **abandonar os preconceitos**, isto é, os conceitos preconcebidos — ou melhor, os conceitos invisíveis que carregamos sem perceber, assim como os estereótipos. A exemplo, rotulações relativas ao gênero, envolvendo generalizações sobre as capacidades físicas, emocionais e intelectuais de mulheres e homens, tais como: “homens são naturalmente provedores”; “feministas odeiam os homens”; “filhos de pais separados são desajustados”, entre outras.

Assim sendo, os direitos humanos não estão ligados a nenhum grupo. Ainda, generalizar e estereotipar os direitos e as pessoas somente ajuda a perpetuar o desrespeito e a impedir a igualdade, além de contribuir para a propagação do desconhecimento, pois, quando se relativizam os direitos humanos, aqueles que deveriam lutar por seus direitos não sabem que os possuem, tampouco como se proteger.

Considerando que os direitos humanos contemplam diversos tratados internacionais e abrangem uma grande quantidade de temas e matérias, o presente material terá como objeto o estudo para concurso.

Antes de iniciarmos, é preciso ter em mente que, para melhor compreender a matéria, é primordial entender sua estrutura e identificar as ideias mais importantes de cada um dos itens tratados.

CONCEITO, CARACTERÍSTICAS, PRINCÍPIOS E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS

As normas de direitos humanos, que são essenciais a uma vida digna, são frutos de um processo de construção e reconstrução que variaram conforme as necessidades humanas e contexto de cada época da história. Esclarecendo detalhadamente, suas regras foram desenvolvidas a partir de uma ação ou luta social, sendo, portanto, uma construção social (consciente e vocacionada) que decorre dessas novas demandas com o objetivo de assegurar a dignidade e evitar o sofrimento humano.

Verifica-se, assim, que os direitos humanos não surgiram de uma vez. Eles são fruto de um desenvolvimento histórico, conforme será explanado no item “O processo histórico de construção e afirmação dos direitos humanos”. Neste primeiro momento, Atente para o fato de que os direitos humanos foram sendo reconhecidos aos poucos.

Os primeiros direitos reconhecidos foram aqueles ligados ao **próprio indivíduo**, como, por exemplo, o direito de viver, de ter bens, de locomover-se. Trata-se de um primeiro olhar do Estado para o indivíduo. Um olhar que reconhece que os seres humanos possuem direitos mínimos e que o poder do Estado **não é** ilimitado. Assim, foram reconhecidas as **liberdades** dos indivíduos, ou seja, seus **direitos civis e individuais** — que abrangem todas as pessoas sem qualquer distinção. Também foram reconhecidos os direitos de participação popular na administração do Estado, isto é, os **direitos políticos**.

Importante!

Os primeiros direitos políticos eram bem limitados, pois estavam restritos a quem detinha a qualidade de cidadão e, por isso, atingiam somente os eleitores. As mulheres, por exemplo, não eram consideradas cidadãs, assim como os estrangeiros, e, consequentemente, não possuíam os direitos políticos, embora fossem titulares dos direitos civis mínimos garantidos pelo Estado.

Diante disso, pode-se definir direitos humanos como o conjunto de direitos e de valores previstos no ordenamento jurídico e tratados internacionais, que são aceitos no âmbito internacional com a principal finalidade de garantir mecanismos de proteção da dignidade da pessoa humana, garantindo maior proteção ao indivíduo do poder arbitrário do Estado.

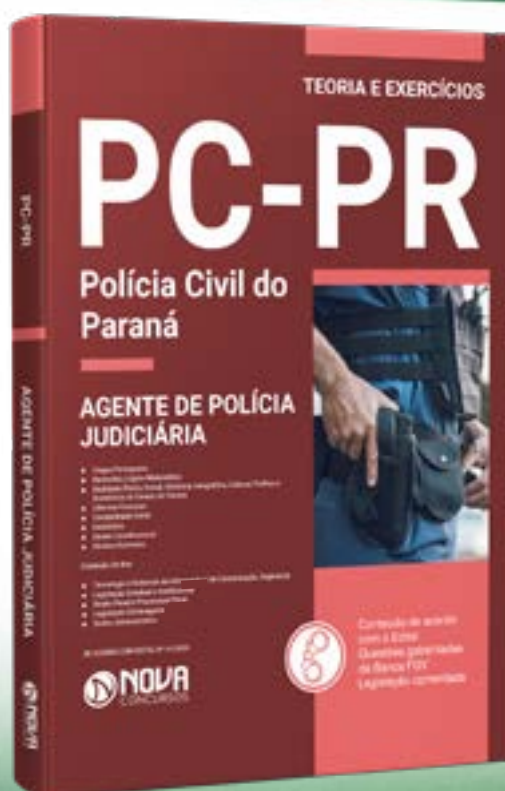
MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO